



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

SEMA-CONSEMMA/SEMA-Conselho Municipal do Meio Ambiente Ata da 11º Reunião Ordinária

17/2022

No dia 28.11.2022, às 09h15 reuniram-se virtualmente os seguintes conselheiros: GILMAR DOMINGUES PEREIRA, MARCELO BALDASSARE CORTEZ, LUIZ CANDIDO DE OLIVEIRA, JULIO CEZAR DA SILVA, ODAIR ANTUNES SIQUEIRA, JONAS HENRIQUE PUGINA, SOLANGE CRISTINA BATIGLIANA, ANDRÉA REGIANE ZANON DE FARIA, CARLOS FELIPPE MARCONDES MACHADO, REGINALDO CESAR CHOUCINO, ADRIANO GIACOMINI, RAIMUNDO MAIA CAMPOS JUNIOR, DANILO TRAGINO DA SILVA, FÁBIO CÉSAR ALVES CUNHA, CRISTIANE MORAES DE SOUZA, LAILA PACHECO MENECHINO, DEISE MARIA DE OLIVEIRA LIMA, ESTHER ENCINAS AUDIBERT, ANA PAULA RODRIGUES PINTO, ANGELA MARIA RICCI. Os suplentes com os titulares presentes: ANA MARIA DE ARAÚJO VENTURA, CLEBER GUSTAVO DE GÓES, RICARDO APARECIDO FERREIRA, ELTON MANOEL SACOMAN LONGO, RONALDO DEBER SIENA, NINO MEDEIROS RIBAS. Os convidados: Promotora do Ambiente - RÉVIA APARECIDA PEIXOTO DE PAULA LUNA, PATRÍCIA HAN DE LIMA GONGORA, ISABELLA YUMI MORI, FABIANA TEODORO. JAIME CAMACHO ARREBOLA, THIAGO ANDRÉ HERNANDES ARREBOLA, WANDERLEY MANTOVANI, JULIA MARIANA CUNHA PERINI. As servidoras da SEMA FABIANA BORELLI E GRAZIELLA SANTANA DAMANTE. A reunião iniciou com a ordem do dia, **foi aprovada por unanimidade a ATA da 10º reunião ordinária e as justificativas** de ausências apresentadas pela Secretaria de Obras, Movimento Participa Londrina (Ariella Besing), e SEDEST/IAT (Ofélia Cristina Vicentin). Ana Paula Rodrigues Pinto solicita questão de ordem para solicitar exclusão da pauta das demandas da CT Proverde (liberação de recursos para o Programa Municipal) uma vez que a Resolução de criação da CT com caráter Permanente ainda não havia sido publicada, de maneira que em atendimento à legalidade, optou-se por aguardar que sejam finalizados os trâmites legais. Ainda, a conselheira prossegue apresentando os novos membros que se inscreveram para preenchimento de vaga das vagas de titular e suplente para associações civis comunitárias e de trabalhadores (Bicho do Paraná) e para suplência do setor produtivo (SANEPAR). Os documentos dos novos membros foram conferidos pelo integrante da CT de Assuntos Jurídicos, Danilo Tragino. A conselheira Ana Paula Rodrigues esclarece que os novos membros aprovados na reunião anterior ainda não estavam devidamente investidos no cargo de conselheiros porque, segundo informações da Prefeitura de Londrina repassada à secretaria do Consemma, a publicação de Decreto de Nomeação deveria estar acompanhada da ATA da 10º reunião ordinária, devidamente aprovada, fato que só ocorreu no dia 28/11. Em seguida os novos membros Thiago André Hernandes Arrebola e Wanderley Mantovani se apresentaram. **O ingresso dos novos membros do CONSEMMA foi aprovado por unanimidade.** O presidente pede inversão de pauta do item 3.2 para o final da reunião, proposta que foi aprovada pelos Conselheiros. Laila Pacheco Menechino, coordenadora da CT FMMA, em continuidade ao item 3.3 da pauta, apresenta estudo e parecer contendo histórico de criação e deliberações do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) além de sugestões de encaminhamentos sobre a dinâmica do FMMA. Ainda apresenta uma análise sobre a natureza do histórico das despesas do Fundo encaminhado ao CONSEMMA pela SEMA de 2017 a 2022. Ressalta que de acordo com o histórico das despesas em 2017 a maior delas foi com veículo de tração mecânica; no ano de 2018 a maior despesa foi com o programa PROVERDE; em 2019 a maior despesa foi o contrato com a empresa de corte de árvore e destoca - POLIVERDE, segue em 2020 sendo a maior despesa também; em 2021 a maior despesa foi com a rede de iluminação pública; por fim em 2022 a maior despesa foi com a compra de computadores. Destaca que a lei da política Municipal do Ambiente traz como objetivo do fundo a realização de projetos. Destaca que a gestão transparente do

fundo é uma prioridade da Conferência. Destaca que no final da gestão anterior, o Consemma aprovou R\$ 346 mil reais para compra de vários equipamentos para serem utilizados no Parque Arthur Thomas, "desses equipamentos a gente já teve algumas reuniões e sabe que os planos mudaram, mas a gente não tem uma resposta exata se ainda vai usar ou não", por isso a importância de um relatório de atividades, pondera a conselheira. Propõe uma metodologia de trabalho incluindo atualizações periódicas de extrato e documentos relativos à matéria, bem como plano de trabalho pré-definido para utilização do recurso do fundo, que hoje se encontra no valor de 9.700.083,25. Ana Maria de Araújo Ventura ressalta a importância das recomendações contidas no parecer da CT FMMA principalmente no que tange à transparência e organização. Raimundo pondera que deveria ser criado um protocolo de avaliação contínua dos gastos, primando pela transparência e publicidade. Gilmar Domingues Pereira questiona qual seria o prazo de implementação e execução do parecer apresentado na sessão ordinária pela CT FMMA. Laila entende que depois de publicado, os próximos pedidos sobre recurso do FMMA seriam submetidos às regras contidas no parecer. Ainda, Gilmar, argumenta que em relação à transparência que o parecer pretende conferir ao assunto, esta regra já é observada amplamente por meio do atendimento aos diversos procedimentos burocráticos adotados pelos órgãos controladores da própria Administração Pública. Gilmar entende que o parecer terá por finalidade engessar a liberação de recursos do FMMA para os diversos projetos ambientais. A Promotora do Meio Ambiente Révia de Luna se apresenta e explica o papel do Ministério Público, sendo obrigatório e decorrente de lei para fiscalizar os conselhos, ressaltando a importância da transparência das ações. A promotora esclarece que para melhor acompanhamento dos conselhos municipais a 20ª Promotoria de Justiça solicitará informações semestrais aos órgãos. Deise Maria de Oliveira Lima informa que não se sente apta para avaliar no momento o parecer da CT FMMA que exige uma avaliação mais criteriosa. Laila responde aos questionamentos de Angela Maria Ricci sobre as atribuições normativas, deliberativas, fiscalizadoras do Conselho e reforça os motivos pelos quais o parecer deve ser aprovado. Ana Paula pede a palavra e expõe que não se sente segura para votar o parecer e propõe o encaminhamento para CT de Assuntos Jurídicos para manifestação e análise quanto ao instrumento adequado para criação de novas obrigações e entendimentos sobre a destinação de recursos do FMMA. Ana Paula defendeu ainda abertura de diálogo com equipe da Sema responsável pela gestão do FMMA no sentido de aprimorar mecanismos de transparência em relação ao montante de recursos disponíveis e liberações para uso dos valores. Ana Maria de Araújo Ventura se manifesta no mesmo sentido da Ana Paula Rodrigues Pinto, reforçando a ideia de estreitar diálogo com a SEMA e encaminhamento prévio à CT Jurídica. Odair se posiciona no sentido do encaminhamento do parecer da CT FMMA para maiores esclarecimentos à CT de Assuntos Jurídicos. Em votação a proposta apresentada pela conselheira Ana Paula Rodrigues foi **aprovada por unanimidade**. Na sequência o debate tratou do item 3.5 da pauta, pedido da SEMA para liberação de recursos do FMMA ao Programa de Revitalização do Parque Arthur Thomas. Inicialmente a servidora da SEMA Fabiana Borelli Amorin apresenta o projeto de revitalização da Unidade de Conservação Parque Arthur Thomas, dissertando sobre a base legal da proposta, as dificuldades encontradas atualmente para conservação do Parque e, por fim, as obras que seriam realizadas tais como: cercamento completo, implementação de jardim de mel, construção do portal na rua da natureza, passagem de fauna, espaço educador sustentável, etc. O valor previsto para cercamento do Parque e demais obras foi estimado em R\$5.834.597,84. O servidora informa ainda que o projeto completo encontra-se disponível no SEI 19.021.188072/2022-73. Laila, pede a palavra e diz que não se sente apta ao voto, sugerindo uma análise minuciosa pelas CT Biodiversidade e CT FMMA. Ana Maria de Araújo Ventura segue com o mesmo posicionamento de Laila para encaminhar o projeto primeiro às CTs Biodiversidade e FMMA. Deise Maria de Oliveira Lima lembra que aplicar recursos na revitalização do parque traria mais retorno de ICMS Ecológico ao FMMA. Os conselheiros Deise e Gilmar seguem enfatizando a importância de se começar o mais rápido possível a revitalização do parque e Laila, Cleber Gustavo de Góes e Gilmar continuam o debate sobre a importância de encaminhamento para uma análise mais detalhada da proposta. Ana Paula Rodrigues Pinto pergunta à servidora Fabiana se existe algum prazo para apresentação desse projeto. Fabiana responde que os orçamentos podem vencer, as vistorias do parque para avaliação do repasse do ICMS ecológico vencerá no começo de 2023 e com as obras em andamento pode ser que melhore a avaliação da UC Municipal. Laila questiona a servidora Fabiana qual seria o percentual do repasse do ICMS Ecológico gerado pelo parque Arthur Thomas. Fabiana responde que 38% é só do Parque, considerando toda a biodiversidade e acrescenta que em 8 anos o investimento que foi feito pelo CONSEMMA retornará através do repasse do ICMS ecológico, sem contar com o ajuste dos valores que

serão repassados em razão das melhorias na UC. Após o debate prosseguiu-se na votação das propostas: a proposta de encaminhamento do projeto de revitalização do Parque Arthur Thomas para análise da CT de Biodiversidade e CT FMMA recebeu três votos favoráveis e 18 contrários. Na sequência o presidente anunciou a votação da proposta apresentada pela Sema que solicita a liberação de recursos do FMMA, pelo Consemma, para o Projeto de Revitalização do Parque Arthur Thomas. A liberação dos recursos foi aprovada com 17 votos favoráveis, um contrário, uma abstenção. A reunião prosseguiu com informes sobre como deve ser a comunicação oficial com o CONSEMMA, sendo estabelecido que as solicitações deverão se encaminhadas para o e-mail no endereço eletrônico consemma.londrina.official@gmail.com. Ana Paula Rodrigues Pinto informa que chegou pedido de substituição da Secretaria de Obras e o titular passará a ser Adriano Giacomini e suplente Adriana Evangelista do Amaral (item 4.2). Cleber Gustavo de Góes questiona sobre o levantamento das faltas, substituição e exclusão dos membros. Jonas esclarece que a conselheira Esther fez o levantamento e ficou acordado que será oficiado aos órgãos, garantindo a ampla defesa e contraditório. Laila Menechino pede providências em relação aos e-mails que a CT FMMA encaminhou ao Conselho. Na sequência informou-se os conselheiros sobre as providências da Coordenação Executiva em relação a atualização das Atas pendentes no site do CONSEMMA (item 4.3). Ana Paula Rodrigues Pinto esclarece que foi feito um levantamento minucioso e será encaminhado à CT de Assuntos Jurídicos para orientações, uma vez que algumas ATAS da gestão passada não foram aprovadas e portanto não foram publicadas no site oficial do Consemma. Quanto ao item 4.4 da pauta (Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas), a conselheira Ana Paula Rodrigues Pinto pede que as CTS que não apresentaram, mandem ainda nesta semana os planos de trabalho. Como informe final (item 4.5), Ana Paula Rodrigues Pinto informa que o projeto de lei que trata da composição do CONSEMMA foi proposto novamente pelo Executivo e está em tramitação na Câmara de Vereadores. A reunião foi encerrada às 12h10.

Ata aprovada pela plenária em 19 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Henrique Pugina, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**, em 11/01/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9089658** e o código CRC **97EFE55B**.